

Só as estatais vão ficar com 3% do PIB este ano



BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

As empresas estatais receberão este ano transferências do orçamento geral da União (orçamento fiscal) no valor de Cz\$ 332,4 bilhões, correspondente a 3,3% do PIB, estimado em Cz\$ 10 trilhões, e a 27,7% de todas as despesas orçamentárias de 1987, no total de Cz\$ 1,2 trilhão.

De acordo com os números divulgados ontem pelo Ministério do Planejamento, Cz\$ 249,6 bilhões correspondem a despesas de capital, e representam 20,8% de toda a despesa orçamentária da União, enquanto Cz\$ 82,8 bilhões referem-se à cobertura de despesas variadas, inclusive custeio correspondendo a 6,9% de todas as despesas orçamentárias.

COMPRESSÃO TARIFÁRIA

Como o orçamento de dispêndios globais das empresas estatais para este ano contempla uma despesa da ordem de Cz\$ 1,4 trilhão, significa

que cerca de 25% deste valor virão do orçamento fiscal. Essa transferência, de acordo com os dados da Seplan, representa quase o dobro da que foi feita no ano passado e que correspondeu a apenas 1,8% do PIB.

A principal causa dessa intensa participação do orçamento fiscal no financiamento das estatais, na visão do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, é a compressão tarifária a que foram submetidas estas empresas nos últimos anos.

Entre maio e julho de 1985 as tarifas das estatais estiveram congeladas, por decisão do então ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. Em agosto houve uma tentativa de reposição, mas a aceleração inflacionária levou o governo a promover reajustes tarifários menores, que não remuneravam os custos de produção das empresas.

Muitas tarifas estavam defasadas quando ocorreu o segundo congelamento tarifário, em menos de

um ano, em fevereiro do ano passado. As tarifas ficaram inalteradas de março a novembro, reiniciando-se o processo de reposição, uma vez mais interrompido pela aceleração inflacionária.

Dois meses antes da decretação do novo pacote econômico, no último dia 12, que congelou as tarifas por mais 90 dias, o reajuste tarifário era feito na base de 80% da variação do IPC (inflação), o que estava causando enormes prejuízos operacionais às empresas, segundo os dirigentes financeiros das principais estatais.

A consequência dessa compressão tarifária é a abertura de um maior volume de transferências de recursos fiscais compensatórios. De acordo com Aníbal Teixeira, entre 1986 e este ano as transferências superarão Cz\$ 500,00 bilhões, e visam também atender às pressões dos financiadores internacionais que exigem retorno dos investimentos.